

REGIÃO E MEMÓRIA NA OBRA *INFÂNCIA*, DE GRACILIANO RAMOS

Leticia Baron Bortoluzzi
Mestranda em Letras, Cultura e Regionalidade – Universidade de Caxias do Sul
Bolsista Capes

João Claudio Arendt
Pós-Doutor em Letras – Universidade de Caxias do Sul

Resumo: A obra *Infância*, de Graciliano Ramos, abarca diversos elementos que a vinculam ao romance regional. Dessa maneira, o objetivo do presente artigo reside em verificar se ocorre a construção de um espaço por meio da memória, capaz de consolidar uma identidade própria na região delineada pelo romancista. Cumpre destacar que, dentro desse cenário, emergem, também, os denominados lugares de memória, substanciais para o desenvolvimento da narrativa e que corroboram o seu caráter regional.

Palavras-chave: Romance regional brasileiro – Século XX. Graciliano Ramos – *Infância*. Graciliano Ramos – Lugares de memória.

Abstract: The work *Infância*, by Graciliano Ramos, includes several elements which are attached to the regional novel. Therefore, the intention of this paper is to establish whether there is a construction of space throughout memory, being able to consolidate the identity within that region outlined by the writer. It is also important to highlight that, in this scenario; some sites of memory, substantial to the development of the narrative, emerge, corroborating their regional character.

Keywords: Brazilian Regional Novel – XX Century. Graciliano Ramos – *Infância*. Graciliano Ramos – Sites of Memory.

Graciliano Ramos é um dos autores mais expressivos da literatura brasileira. Dono de um estilo peculiar, marcado por uma linguagem objetiva e direta, as suas obras conseguem atingir uma dimensão psicológica bastante significativa. Além disso, grande parte de suas narrativas evocam memórias baseadas em vivências históricas e regionais que abrangem os grandes “arquetipos” das relações humanas.

No conjunto de sua produção literária, os títulos que parecem ter alcançado maior projeção entre diferentes tipos de leitores são *Vidas secas*, *Memórias do cárcere* e *São Bernardo*. A obra *Infância*, por sua vez, não atingiu o mesmo destaque, visto que, do ponto de vista recepcional, quando comparada àquelas, ela figura como objeto de

poucos artigos, dissertações e teses. Entretanto, trata-se de uma obra de capital importância quando se deseja compreender melhor o estilo “cítrico” de Graciliano Ramos e investigar, conforme Brayner (1978), as raízes da visão pessimista do autor. Além disso, ela tem grande potencial por fornecer os constituintes capazes de elucidar a escolha temática para a maior parte dos seus romances: a opressão.

Infância foi publicada em 1945, mas sua elaboração ocorreu durante a década de 30. Vários temas a permeiam, porém decidiu-se enfatizar aqui aspectos concernentes à memória, à identidade e aos lugares de memória regional. Embora cada um desses assuntos abra espaço para vastos aprofundamentos, no presente trabalho, a atenção maior será direcionada ao cerne em que se sustentam esses elementos, ou seja, ao modo como o romance se consagra como regional e de que forma se operacionaliza a relação entre os elementos regionais que nele se fazem presentes.

Partindo da proposição de Durkheim (2011) de que o homem é produto do meio social, afirma-se, por extensão, que a memória constitui-se a partir da coletividade e, por mais que pareça revestida de um caráter individual, ela é essencialmente coletiva, porque as ações, os sentimentos e as ideias nascem de um trabalho efetuado pelo grupo. Dessa forma, o individual e o coletivo atuam como agentes que se complementam.

Na mesma senda, Halbwachs (2006) afirma que a memória individual caracteriza-se sempre como um ponto de vista que emerge da memória coletiva, a qual se constitui por meio do estabelecimento de diversas relações efetuadas entre os meios sociais capazes de originar uma série de representações que ficam armazenadas em nossa consciência e são resgatadas em momentos oportunos. Nesse caso, a vontade de recordar desempenha um papel fundamental, pois, para que se possa lembrar, o empenho precisa ser suficientemente forte. E, da mesma maneira, só pode ser lembrado aquilo que é comunicável e localizável no quadro de referências da memória coletiva.

Em virtude disso, pode-se afirmar que *Infância* reveste-se do denominado “efeito ampulheta”: a narração das memórias, que veicula uma visão de mundo integrante da memória coletiva da região de origem, inicia sob o ponto de vista emitido por Graciliano, segue na direção do coletivo e, posteriormente, retorna ao âmbito individual.

Isso ocorre tendo em vista o foco narrativo ser em primeira pessoa, e o narrador apresentar suas experiências infantis a partir da visão do adulto. Um dos aspectos mais interessantes que reveste a questão da memória, qual seja, a sua maleabilidade, integra aqui um processo permeado de dinamismo constante, fazendo com que o passado seja ressignificado em virtude das mudanças conceituais ocorridas no presente.

Assim, as experiências de adulto influenciam a maneira como o escritor relata sua infância, pelo fato de ela ser reconstruída, e essa reconstrução ser amparada por outra visão apresentada num patamar de distanciamento que sofreu uma série de transformações. Conforme sustenta Halbwachs:

Ao crescer, especialmente quando se torna adulta, a criança participa de modo mais distinto e mais refletido com relação à vida e ao pensamento desses grupos de que fazia parte, no início quase sem perceber. Como isso não modificaria a ideia que ela tem de seu passado? Como as novas noções que ela adquire, noções sobre fatos, reflexões e ideias, não reagiriam sobre suas lembranças? (2006, p. 91).

Pode-se afirmar que a memória individual reconstruída no romance de Graciliano estrutura-se a partir de várias memórias coletivas, já que, de acordo com o entendimento de Nora (1993), existem tantas memórias quantos grupos sociais. A memória caracteriza-se por sua natureza múltipla, desacelerada, coletiva, plural e individualizada, segundo Nora (1993), firmando raízes em diversos pontos, entre eles, o espaço, que dentro da obra *Infância*, por exemplo, constrói-se em grande medida, pela memória do narrador.

De modo mais específico, no caso de Graciliano Ramos, as vivências transpostas para o plano da ficção extravasam o plano individual e passam a integrar o conjunto das experiências construídas coletivamente, em especial dos habitantes da região que o texto ficcionaliza. É nesse sentido que, na perspectiva de Pozenato (2003), uma região pode ser tomada sob o prisma de uma construção de natureza individual e coletiva, conforme se verifica na seguinte passagem de *Infância*:

A gente de meu avô se reunia na sala, em torno da mesa que tinha nas gavetas bolas de cera e macetes de capar boi, e em cima, na glória, litografias

e esculturas, Jesus e a Virgem, santos e santas. Minha mãe embalava o filho novo na rede, junto à cama de lastro de couro cru, à luz da lamparina que esmorecia o corpo (RAMOS, 2006, p. 168).

Nesse trecho, constata-se que a região é um espaço criado por interação, no caso, entre o protagonista e sua família. A reunião familiar configura-se como prática corriqueira e integrante da memória coletiva. Os instrumentos que se encontram nas gavetas, como as bolas de cera e os macetes de capar boi, apresentam traços regionais, já que a sua utilização dá-se em virtude de determinadas necessidades e ofícios regionalizados. Já as litografias e esculturas religiosas, enquanto elementos simbólicos, expressam crenças atinentes a um local.

No mesmo ambiente, há outros aspectos que corroboram a construção de um espaço regional, aqui tomando como pressuposto o conceito de espaço como lugar praticado, segundo definição de Certeau (2002). Um deles é a sala de jantar, local de reunião e fuxicos, composto por feixes de lenha dispostos junto ao fogão, prensa de farinha e bancos duros. Ela ocupa um *status* representativo da memória individual do narrador, mas articula-se com a memória coletiva, na medida em que todas as figuras presentes mantêm determinadas relações com o ambiente e compartilham entre si vivências e relatos:

O ponto de reunião e fuxicos era a sala de jantar, que, por duas portas, olhava o alpendre e a cozinha. Como falavam muito alto, as pessoas se entendiam facilmente de uma peça para outra. Nos feixes de lenha arrumados junto ao fogão, na prensa de farinha, nos bancos duros que ladeavam a mesa, a gente se sentava e ouvia emboanças do criado, um caboclo besta e palrador (RAMOS, 2006, p. 65).

Tanto nesse excerto, como no outro examinado anteriormente, as salas são utilizadas como pontos de encontro e confraternização. Nelas ocorre a estruturação de uma região e a materialização de uma memória coletiva, posto que se apresentam objetos simbólicos que compõem esses lugares e, ao mesmo tempo, fazem referência ao espaço de convivência da coletividade.

A partir dos elementos anteriormente analisados, observa-se que muitos espaços, embora estruturados regionalmente, atuam na constituição de uma memória coletiva

mais ampla. Mas outro aspecto bastante marcado e que auxilia em tal delineamento é o poder exercido pelo meio natural na formação das lembranças, como se pode perceber quando o narrador rememora as nuvens, a manhã e, especialmente, o verão:

Desse antigo verão que me alterou a vida restam ligeiros traços apenas. E nem deles posso afirmar que efetivamente me recorde. O hábito me leva a criar um ambiente, imaginar fatos a que atribuo realidade. Sem dúvida as árvores se despojaram e enegreceram, o açude estancou, as porteiras dos currais se abriram, inúteis. É sempre assim. Contudo ignoro se as plantas murchas e negras foram vistas nessa época ou em secas posteriores, e guardo na memória um açude cheio, coberto de aves brancas e flores. Dificilmente pintaríamos um verão nordestino em que os ramos não estivessem pretos e as cacimbas vazias (RAMOS, 2006, p. 27).

O cenário ilustrado estampa a forma como a natureza permanece, ao ser assolada pela seca e, em contraponto, a situação anterior. Verifica-se que o sol age de modo paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que fornece luminosidade, calor e carrega sentidos positivos por estar vinculado à iluminação, pode conduzir, outrossim, à seca, ao mal estar e, por corolário, a devastação, como se observa na passagem transcrita.

A destruição inicia com o processo pelo qual as árvores passam, com a perda de suas folhas e o seu escurecimento, simbolizando a supressão de vida. Juntamente com ela, o açude fica sem água. Nota-se que o verbo “estancar” reforça o sentido de algo que cessou por completo. Com isso, a abertura das porteiras dos currais tornou-se inútil, em razão da ausência de líquido para o gado. Tal circunstância era habitual e esse castigo natural não provocava mais espécie em ninguém.

Dessa maneira, as plantas, por consequência, ficaram negras e murcharam, o que auxilia na composição de um meio completamente destruído, em que a vitalidade foi sugada gota a gota. A imagem mental que a criança guardou de um açude cheio, com aves e flores, repleto de vida, contrasta com a dominação do sol como agente avassalador, consumindo a energia, a cor e a positividade.

Portanto, o verão nordestino, como uma vivência grupal, dificilmente poderia distanciar-se de uma natureza desvanecida e com poços estanques. Em meio a esse contexto, o personagem examina e passa, num segundo instante, para a análise das condutas humanas:

O que me deixou foi a lembrança de importantes modificações nas pessoas. De ordinário pachorrentas, azucrinaram-se como tanajuras, zonzas. Findaram as longas conversas no alpendre, as visitas, os risos sonoros, os negócios lentos; surgiram rostos sombrios e rumores abafados. Enorme calor, nuvens de poeira. E no calor e na poeira homens indo e vindo sem descanso, molhados de suor, aboiando monotonamente (RAMOS, 2006, p. 28).

As questões climáticas, em decorrência do que provocaram na natureza, também desencadearam (e desencadeiam) reações significativas e distintas nas pessoas. Em regra, tidas como vagarosas, começaram a se incomodar. Os extensos diálogos prazerosos, tidos no alpendre, juntamente com as visitas, simplesmente extinguiram-se pela falta de ânimo e pela sensação de desconforto emanada do sol, elemento de caos e atordoamento. A alegria, corporificada nos risos sonoros, que se alastrava nos ambientes, cessou, junto com os negócios lentos. A impressão que se retira dessa constatação é que as forças e a vontade de viver não encontravam mais espaço, dando lugar a rostos tomados pelas sombras, repletos de tristeza e melancolia e a dificuldade de falar, expressada nos ruídos sufocados.

O calor adquiria proporções gigantescas e as nuvens brancas tornavam-se poeirentas. Mesmo assim, diante de todas essas dificuldades, as tarefas e ofícios cotidianos precisavam ter seguimento, com afinco e sem direito à folga, e os trabalhadores, mesmo encharcados de suor, precisavam conduzir o gado, de forma maçante e enfadonha.

Como se vê, os elementos naturais são importantes e significativos no relato de Graciliano, fato que nos remete à pesquisa elaborada por Chiappini (1995), a qual considera regionalista o escritor que sabe indicar e nomear os constituintes de sua flora e fauna, tais como árvores, flores, pássaros, rios e montanhas. Na obra em análise, como já se afirmou, há remissões a diversos constituintes naturais, com a precisa indicação de sua nomenclatura, corroborando a asseveração da autora.

Além disso, nota-se que o narrador menciona elementos que fizeram parte de sua infância, que integraram o espaço regional, mas que resultam de práticas e saberes culturais, tal como o carro de bois: “Defronte de casa um carro de bois descansava sob a ramagem quase sem folhas de uma árvore alta. Desinteressei-me do carro de bois, igual a outros já vistos, mas desejei que me explicassem a árvore pelada, muito diferente do

pé de turco do meu quintal” (RAMOS, 2006, p. 40-41). Esse “veículo”, o carro de bois, ao ser trazido ao discurso do protagonista, atua como elemento integrante de uma memória coletiva fundamental para a constituição do espaço regional na obra.

No meio rural descrito em *Infância*, despontam outros fatos gerados pelo estabelecimento do narrador e sua família no Município de Viçosa, em Alagoas. É possível observar que não são apenas as dificuldades provenientes da natureza que o perturbam, mas a maneira como os habitantes daquela região se portam, em especial, no que diz respeito à forma de falar:

Constrangi-me no ambiente novo, perdi hábitos e adquiri hábitos. Numerosos acidentes perturbavam-me: atoleiros, cancelas, arame farpado, canaviais de folhas cortantes, valas. Impossível correr, por causa das ladeiras. Objetos e palavras inexistentes no sertão originavam incerteza, e a maneira de falar me chocava os ouvidos (RAMOS, 2006, p. 177).

As migrações de um local para outro também dão a impressão de terem contribuído para o processo de sobreposição de regiões em um mesmo local, já que, para Joachimsthaler (2009, p. 40), uma região pode ser vista como uma “condensação de espaços culturais”. Verifica-se esse aspecto quando o narrador assevera que ele e sua família viviam quase na condição de retirantes. A mobilidade entre regiões, além de gerar desconforto para o narrador, que precisava sempre se flexibilizar aos novos espaços, dá dinamismo às culturas, promove intercâmbios, relativiza as fronteiras, imprime e condensa elementos novos sobre elementos antigos.

Além disso, as regiões onde o narrador viveu são responsáveis, outrossim, pela configuração de elementos mágicos que exerceram um papel bastante significativo na sua infância. Nota-se a sua importância em uma das passagens em que se faz referência a uma cama de lona escondida num canto, a qual foi oferecida ao narrador quando abandonou a rede, por causa das almas do outro mundo:

Uma ponta do lençol envolvia a testa, rodeava a cara. Sentia-me assim protegido: nenhum fantasma viria ameaçar-me a boca, o nariz e os olhos expostos. Se o pano se soltava, enchia-me de terrores. Era preciso que as orelhas e o couro cabeludo se escondessem, provavelmente por serem as partes mais sujeitas a acidentes. Talvez os duendes viessem magoá-las (RAMOS, 2006, p. 61).

Pode-se dizer que, nesse contexto, o lençol, além de ser o escudo da criança, atua como zona de fronteira entre os universos, que separaria duas zonas de contato. O personagem podia tocá-lo, senti-lo, e o objeto atuou como uma delimitação existente entre o mundo real e aquele construído pelo imaginário coletivo, capaz de despertar medo e a necessidade de proteger-se.

Aliados a algumas figuras pertencentes ao imaginário, há, também, determinados espaços que constituem essa atmosfera fantástica e são essenciais para o florescimento da memória coletiva: “Assim, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse ancorado num ambiente material que nos circunda” (HALBWACHS, 2006, p. 170).

Na mesma linha, aparece o seu temor por cemitérios, em virtude dos espectros que sua família descrevia na cozinha. Durante a noite, essas narrações inspiravam um medo capaz de lhe arrepiar os cabelos, pois a treva parecia repleta de mistérios, e as labaredas do fogão pareciam estar no mesmo compasso da dança das bruxas.

Nota-se que o cemitério pode ser concebido como elo entre dois mundos, considerado como a cidade dos desaparecidos, por Maupassant (2010), no conto “A morta”, repleto de rosas silvestres, de ciprestes negros e vigorosos e um jardim triste e soberbo, nutrido pela carne humana. Em *Infância*, o cemitério foi um dos locais que assumiu especial relevância, como se constata: “Nunca havia entrado em cemitérios e habituara-me a receá-los, por causa dos espectros que me descreviam na cozinha. À noite essas narrações davam-me tremuras, arrepiavam-me os cabelos” (RAMOS, 2006, p. 187).

Ao se examinarem os pontos referentes às figuras e crenças levantadas acima, não se pode deixar de mencionar brevemente a noção de imaginário social que, na perspectiva de Maffesoli (2001), por ser uma “aura”, transpõe o individual e impregna o coletivo, ou parte dele, já que um dos componentes que o integra é a fantasia. Dessa maneira, verifica-se que a coletividade em que o narrador está inserido elabora crenças, as quais

fazem parte do imaginário social e dentro de um determinado contexto atuam como mola propulsora para a imaginação coletiva e o fantástico. O imaginário relaciona-se, em suma, com a memória social que funciona como alicerce da memória pessoal.

Outro aspecto relevante diz respeito ao alcance coletivo, ou parte dele, pois, na visão do Maffesoli (2001), o imaginário só existe sob a perspectiva coletiva, há uma parcela individual, mas minoritária, visto que as concepções advindas do grupo imperam fortemente. Um sujeito, ao tentar expressar seu imaginário, estará indicando a visão de mundo do grupo ao qual pertence, o que remete, de imediato, à concepção de memória coletiva, elaborada por Halbwachs (2006).

Na obra estudada, a cultura é um dos principais agentes na transmissão de crenças e relatos. Essa característica torna-se bem mais significativa, ao se perceber que, na visão de Maffesoli (2001), a cultura carrega uma parte do imaginário, o qual guarda traços dela, porém preserva sua autonomia, porque, apesar de apresentar caracteres culturais, a sua transposição vai muito além. Além disso, o teórico acredita que existem instrumentos e tecnologias para sua criação. Em *Infância*, o mais forte deles aparece no relato oral.

Tomando como pressuposto que as imagens vinculam-se ao imaginário, a comunidade em que o personagem estava inserido agiu na veiculação dos subsídios para a constituição de sua imaginação, que, conseqüentemente, produziu os quadros expostos no romance permeados pela atmosfera fantástica. Cabe mencionar que imaginação e imaginário guardam forte relação com a memória social, que atua como alicerce da memória pessoal, mencionada por Barros, ao estudar a teoria de Halbwachs:

Halbwachs não descarta a presença do indivíduo como relevante para o pensamento social. Segundo ele, apesar de o homem só poder ter memória de seu passado enquanto ser social, cada homem traz em si uma forma particular de inserção nos diversos meios em que atua. Para ele cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, e esse ponto de vista varia de acordo com o lugar social que é ocupado [...] (BARROS, 1989, p. 31).

Portanto, mesmo com o enfoque maior dado ao coletivo, o individual tem um emprego substancial. A rememoração ocorre dentro do grupo, no entanto, a maneira de

participação de cada um envolve-se de singularidade, em decorrência de sua visão de mundo, de suas experiências e dos engajamentos em diversos grupos distintos. Com isso, as memórias individuais atuam como perspectivas provenientes da memória coletiva, variáveis conforme a posição ou o papel desempenhado pelo indivíduo.

A vinculação afetiva de um autor com o espaço em que desenvolve o seu relato é de fundamental relevância, especialmente quando apresenta as experiências vividas na infância e os laços afetivos que permanecem com a passagem do tempo.

Isso ocorre, por exemplo, com José de Alencar, ao apresentar o espaço rural do Ceará, como palco de seus romances, com Simões Lopes Neto, ao espelhar o território rio-grandense, com Guimarães Rosa, ao expor o fragmento de Minas com que tinha maior identificação e, por corolário, acontece com Graciliano Ramos, ao trazer o mundo rural de Alagoas para o centro da ficção. Nesse movimento, conforme explicita Arendt (2010), a saudade e as vivências pessoais atuam como um cordão umbilical capaz de reconectar o autor ao espaço em que ambienta sua narrativa.

E essa reconexão com o espaço e o tempo vividos pode ser efetuada com os lugares de memória, descortinados por Nora (1993), historiador francês, que abordou a relação entre memória e história. Perspectiva única e inovadora, abriu outras possibilidades de estudo e descerrou uma visão completamente distinta acerca do significado que certos espaços podem adquirir, já que são conceituados como criações artificiais utilizadas para manter alguma realidade e/ou objeto material ou imaterial:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

Dessa forma, pode-se afirmar que os lugares de memória são resultantes de uma operação humana, que visa conservar determinada memória antes que ela deixe de existir. Na literatura regional, eles também podem ser considerados pontos de referência para a conservação da memória individual e coletiva. De acordo com Stüben, no estudo

das literaturas regionais, devem ser consideradas aquelas obras literárias que se relacionam de maneira peculiar com o mundo regional:

Aquelas escritas por autores que viveram na região e que são inspiradas pela paisagem, sua gente e sua cultura; aquelas que, em especial, estão altamente impregnadas com mitificados lugares de memória, os quais se ancoram na memória da posteridade ou que devem ser preservados na consciência das gerações seguintes – sejam monumentos culturais, cidades, fatos de personalidades ou paisagens, sejam lugares de sofrimento, como os campos de batalha, de concentração e de extermínio (Auschwitz), rotas de fuga e expulsão (STÜBEN, *apud* ARENDT, 2010, p. 10).

No romance em análise, aparecem vários lugares de memória que emergem do meio social e se cristalizam como memória individual. Um exemplo desses lugares é a escola, que o narrador compara com uma prisão, onde durante cinco horas de crucificação moscas entravam e roíam os olhos dos alunos. Para que o protagonista pudesse se salvar, os livros tiveram que ser deixados de lado, fato que resultou no seu analfabetismo aos nove anos.

Constata-se que o meio escolar era um purgatório, onde a presença das moscas pode ser tomada como metonímia da podridão. Nesse ambiente, o processo de alfabetização e leitura foi extremamente árduo e complexo: o menino tinha dificuldades em assimilar os sons e produzir sílabas, o que geraria o desgosto da família que não poderia se conformar com um “retorno” tão pobre. As horas de estudo eram, de fato, um suplício, conforme se pode verificar:

Conseguia gaguejar sílabas, reuni-las em palavras e, gemendo, engolindo sinais, articular um período vazio. Com certeza minha família não ia conformar-se com resultado tão medíocre: as lições continuariam na sala de visitas, na prensa do copiar, fiscalizados por Mocinha. Reproduzir-se-iam as durezas da iniciação (RAMOS, 2006, p. 116).

A escola pode ser classificada e comparada a uma prisão, em virtude das condições que se apresentava. Além de a aprendizagem, principalmente a alfabetização, ter sido um processo repleto de dificuldades, posto que foi árduo para a criança conseguir assimilar as primeiras noções de alfabetização, o local expressava um forte estado de degradação social, conforme se verifica:

O lugar de estudo era isso. Os alunos se imobilizavam nos bancos: cinco horas de suplício, uma crucificação. Certo dia vi moscas na cara de um, roendo o canto do olho, entrando no olho. E o olho sem se mexer, como se o menino estivesse morto. Não há prisão pior que uma escola primária do interior. A imobilidade e a insensibilidade me aterraram. Abandonei os cadernos e as auréolas, não deixei que as moscas me comessem. Assim, aos nove anos ainda não sabia ler (RAMOS, 2006, p. 206).

A degradação materializa-se de diversas maneiras nesse contexto. Cada minuto age como um suplício, e o sacrifício ocorre com tamanha intensidade, que se equipara a uma crucificação. As moscas que entram no olho de um dos alunos remetem à concepção de abandono, à decadência do meio e ao sentimento de impotência das crianças face àquela situação.

Além disso, as moscas podem ser consideradas como metáfora dos entes dominadores, que controlam o ambiente escolar, de autoridades que exercem sua influência e possuem tanto poder que imobilizam os alunos, os quais, encontrando-se sem disposição para lutar, acabam entregando-se às práticas de dominação. O menino com aparência de morto atua como projeção de um local em que impera a seleção natural, e o triunfo nunca é dos alunos.

Tal sistema funciona como uma prisão, em que vige a lei a do mais forte. O personagem, em virtude dessa condição, buscou defender-se. Para isso, precisou abrir mão das questões intelectuais para conseguir sobreviver e não ser “comido pelas moscas”, resultando no seu analfabetismo aos nove anos, fato justificável, visto que bens mais relevantes, tais como sua liberdade e integridade estavam em jogo e precisavam ser resguardados.

O menino procurava empenhar-se para obter êxito. Entretanto, os métodos e técnicas empregados não surtiam efeitos e tanto seus pais, como os professores, censuravam-no constantemente. Não se buscavam alternativas, explicações ou compreensão, de modo que a repressão era sempre o instrumento considerado mais poderoso e eficaz, como se pode observar, consoante a interpretação de Abel, na chegada de um aluno novo:

Um dia, na escola, assiste à chegada de um aluno novo. Veio seguro por dois homens. Debateu-se, resistiu, mordeu, urrou, foi submetido com grande dificuldade. Graciliano espantou-se, desprezou-o e invejou-o. “Não me seria

possível espreitar, berrar daquele jeito, exibir força, escoicear, utilizar os dentes, cuspir nas pessoas, espumante e selvagem”. E não lhe seria possível, porque já tinha sido “domado”. Foi domado. No entanto, como não poderia deixar de sê-lo? Além da violência, o sobrenatural, a religião e a autoridade. Tudo jogado em cima de um inocente vivente (ABEL, 1997, p. 111).

A caracterização do ambiente apresenta-se como um lugar de padecimento que provoca um sentimento de repugnância no narrador. A miséria não se restringe ao âmbito financeiro, mas atinge o espiritual, já que os alunos não possuíam condições nem de articular o próprio idioma e eram, mesmo assim, impelidos a fazer leituras de Camões, produzindo a aversão que aparece no quadro “O barão de Macaúbas”.

Dessa forma, o meio escolar, as salas de reuniões familiares, o açude e o meio rural são alguns lugares que compõem o espaço regional reconstruído pela memória do narrador, mas que se estende à perspectiva coletiva. É provável, por isso, que outros atores sociais se identificassem, em grande medida, com o mundo narrado, fortalecendo a sensação de pertencimento ao coletivo e definindo o que é comum à sua coletividade e o que a difere das demais (POLLAK, 1989).

Com tudo isso, verifica-se que o romance, em razão do espaço construído, aproxima e desperta um sentimento de identificação entre o narrador e o leitor. Trata-se de um evento comum, segundo Halbwachs (2006), já que vivemos atribuindo a nós mesmos ideias, reflexões, sentimentos e emoções criadas pelo grupo, processo que se dá em virtude da harmonia que reveste o sujeito e o grupo a que pertence – gerando, além disso, uma “vibração uníssona” e uma dúvida de localização do ponto de partida das vibrações, se é no sujeito ou na sua coletividade.

A partir da construção do espaço regional no romance, emerge um elemento fundamental, qual seja, a identidade regional:

A Literatura Regional exige do regional (e se necessário também contra ele) a construção de um modelo de cada região, que ou pretende instituir a identidade coletiva para os habitantes dessa região (no caso e antigos expulsos) ou pelo menos expressar uma identidade única, coletiva, pretensa ou realmente já existente (ou ainda com intenção se distanciando criticamente) (JOACHIMSTHALER, 2009, p. 34).

Com isso, sintetizando os aspectos que foram trabalhados no decorrer do artigo, pode-se dizer que a região, tal como a nação, na perspectiva de Arendt (2010), é um constructo humano que pode ser decorrente dos laços afetivos (umbilicais) que os sujeitos estabelecem com ela, a partir das lembranças do bairro, da cidade, da paisagem, dos itinerários, dos mapas e outras imagens. Isso demonstra a importância da rememoração de Graciliano para a construção ficcional do espaço regional, repleto de diversos lugares de memória capazes de orientar uma identidade própria, caracterizadora de uma região.

Referências:

ABEL, Carlos Alberto dos Santos. *Graciliano Ramos: cidadão e artista*. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

ARENDDT, João Claudio. Do nacionalismo romântico à literatura regional: a região como pátria. *Revista da Anpoll*, Niterói, v. 1, n. 28, p. 175-194, 2010.

ARENDDT, João Claudio. Notas para o estudo das literaturas regionais. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA, 25., 2010, Belo Horizonte. [*Anais...* Belo Horizonte; UFMG, 2010].

ARENDDT, João Claudio. Contribuições alemãs para o estudo das literaturas regionais. *Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, n. 17, p. 217-238, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlm/alemao/pandaemoniumgermanicum>>

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 29-42, 1989.

BRAYNER, Sônia. *Graciliano Ramos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. v. I.

CHIAPPINI, Lígia. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 153-159, 1995.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Vozes, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

JOACHIMSTHALER, Jürgen. A literarização da região e a regionalização da literatura. *Antares* (Letras e Humanidades), Caxias do Sul, n. 2, p. 27-60, jul.-dez. 2009.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 15, p. 74-82, 2001.

MAUPASSANT, Guy de. *Contos fantásticos*. O Horla e outras histórias. Porto Alegre: L&PM, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-29, 1993.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POZENATO, José Clemente. *Processos culturais*: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: Educs, 2003.

RAMOS, Graciliano. *Infância*. 10. ed. Rio de Janeiro: Martins. 2006.

Recebido em 31/03/2012
Aprovado em 03/07/2012